

PRESTAÇÃO DE CONTAS MEALHADA

2017

INSTITUTO
DA
VINHA
E DO
VINHO



Município de
Mealhada

ÍNDICE

Índice	1
1 – INTRODUÇÃO	4
1.1 – Nota prévia	4
2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL	6
2.1 – Execução orçamental	6
2.2 – Execução patrimonial	7
3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	10
3.1 – Orçamento global.....	10
3.2 – Orçamento da receita.....	12
3.2.1 – Receitas correntes	13
3.2.2 – Receitas de capital.....	14
3.3 – Orçamento da despesa.....	15
3.3.1 – Despesas correntes	16
3.3.2 – Despesas de capital	18
3.3.3 – Encargos assumidos e não pagos	18
3.3.4 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	19
4 – ENDIVIDAMENTO e EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	21
4.1 – Endividamento	21
4.1.1 - Limite da dívida total.....	21
4.1.2 – Apuramento da dívida total	22
4.1.3 – Margem de endividamento municipal.....	23
4.2 - Equilíbrio orçamental.....	24
5 – ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	26
5.1 – Balanço	26
5.1.1 – Estrutura do ativo.....	29
5.1.2 – Estrutura dos fundos próprios.....	31
5.1.3 – Estrutura do passivo	32
5.2 – Demonstração de resultados	34
6 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS	40
6.1 – Rácios orçamentais.....	40
6.2 – Rácios financeiros.....	42

7 – RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44
8 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	46
8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados	46
8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.....	46
8.2.3 - Critérios valorimétricos aplicados.....	47
8.2.6 – Comentário à conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”	48
8.2.7 / 8.2.8 – Movimentos ocorridos e desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respectivas amortizações e provisões	49
8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	49
8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização	50
8.2.16 - Entidades participadas societárias e não societárias.....	51
8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa	52
8.2.26 – Contas de ordem	52
8.2.27 – Provisões acumuladas	52
8.2.28 - Fundo patrimonial.....	53
8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..	54
8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros.....	54
8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários.....	54

INTRODUÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – Nota prévia

O presente relatório de gestão foi elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro) e espelha os níveis de execução orçamental alcançados em 2017, bem como a situação financeira do Município de Mealhada no final deste exercício económico.

A estrutura do documento possibilita uma avaliação pormenorizada das variáveis da execução orçamental, através da segregação dos níveis de arrecadação da receita, dos níveis de realização da despesa, bem como uma análise detalhada da situação financeira e patrimonial do Município, no final do período em apreciação, permitindo, deste modo, aferir sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

A metodologia de elaboração deste documento engloba a apresentação de quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados expostos em cada capítulo. Para uma melhor contextualização e comparação dos mesmos, são também apresentados, em alguns casos, elementos relativos à execução de anos anteriores.

Para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e no n.º 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, são apresentados, nos termos do artigo 6.º do POCAL, entre outros, os seguintes mapas:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

**ANÁLISE SUMÁRIA DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
E PATRIMONIAL**

2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

No presente capítulo será efetuada uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial do ano de 2017, nomeadamente, no que respeita ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

2.1 – Execução orçamental

Receitas

O orçamento da receita para 2017 foi aprovado com uma previsão de receitas no montante de 17.775.327 euros. No decorrer do ano económico foi reforçado em 7.654.147 euros, pela inclusão do saldo de gerência de 2016.

A receita cobrada pelo Município totalizou 24.371.487 euros, dos quais 13.524.886 euros são receitas de natureza corrente, 3.182.029 euros são receitas de capital e 7.664.571 euros outras receitas.

Ao longo do ano, as receitas previstas foram cobradas quase na sua totalidade, do que resultou um grau de execução orçamental de receita de cerca de 96%. Esta circunstância é reveladora de uma rigorosa previsão orçamental.

Do montante total de receita arrecadada destacam-se as principais fontes:

	Valor	%
• Receitas próprias	6.041.981	24,79
• Fundos Municipais	5.325.657	21,85

Despesas

O orçamento da despesa foi aprovado com uma previsão inicial de 17.775.327 euros, tendo sido reforçado ao longo do ano em 4.272.755 euros, encerrando com uma dotação final de 22.048.082 euros, dos quais foram comprometidos 16.691.942 euros e pagos 14.453.364 euros.

Saliente-se, ainda, que, em valores globais, a execução orçamental atingiu os 65,5%. Uma análise mais detalhada permite observar que a execução corrente apresenta valores na ordem dos 88%, sendo mais significativa do que a execução de capital que atingiu os 38%.

Destacam-se os principais agregados de despesa realizada:

	Valor	%
• Despesas com o pessoal	4.888.030	33,82
• Aquisição de bens e serviços	4.228.557	29,26
• Investimentos	2.431.629	16,82

Saldo de gerência

O saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte apresenta o valor total de 9.945.024,13 euros. No quadro seguinte poderão ser analisados, de uma forma resumida, os movimentos que concorreram para alcançar aquele valor:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	7.654.147,12
Total de receitas orçamentais brutas	16.744.241,92
Total de despesas orçamentais	14.453.364,91
Saldo orçamental para a gerência seguinte	9.945.024,13

2.2 – Execução patrimonial

Balanço

O montante total do ativo líquido municipal ascendia, no final do exercício económico, a 85.321.200 euros, registando, assim, uma variação positiva de 4,37%, face ao ano anterior. Os restantes agregados do balanço - fundos próprios e passivo - apresentavam, respetivamente, os montantes de 66.006.871 euros e 19.314.329 euros.

Demonstração de resultados

Os proveitos e ganhos gerados, no exercício em análise, atingiram o valor de 14.866.439 euros e os custos e perdas incorridos o valor de 15.368.204 euros, o que se traduz num resultado líquido do exercício negativo de cerca de 501.765 euros.

Operações de tesouraria

O saldo de gerência transitado foi de 559.814 euros, sendo os movimentos de entradas e saídas de operações de tesouraria de 1.097.867 euros e 1.142.342 euros respetivamente. Estes valores resultam num saldo para a gerência seguinte no montante de 515.338 euros.

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	559.814,43
Movimentos entrada de operações de tesouraria	1.097.867,21
Movimentos saída de operações de tesouraria	1.142.342,72
Saldo de operações de tesouraria para a gerência seguinte	515.338,92

Contas de ordem

O montante representado em contas de ordem, no final de exercício de 2017, era de 4.304.453 euros, apresentando o quadro seguinte os movimentos ocorridos ao longo do ano:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	4.348.192,93
Garantias e cauções prestadas	335.016,00
Garantias e cauções acionadas	0,00
Garantias e cauções devolvidas	378.756,30
Saldo de contas de ordem para a gerência seguinte	4.304.452,63

**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
ESTRUTURA E EVOLUÇÃO**

3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

3.1 – Orçamento global

Neste capítulo será efetuada uma análise das componentes orçamentais da receita e da despesa, com especial destaque para aquelas que detêm um maior peso na respetiva estrutura, analisando ainda a sua evolução, privilegiando-se, para o efeito, a comparação com o ano anterior.

Assim, com o objetivo de avaliar a fiabilidade do orçamento apresentado bem como a capacidade financeira da sua execução, apresenta-se o quadro n.º 1 onde podem ser analisados os valores do orçamento inicial, final e executado e os respetivos desvios, pelas grandes componentes orçamentais da receita e da despesa municipal.

Quadro n.º 1
Execução do orçamento para o ano de 2017

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) – (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	17.775.327,00	25.429.474,12	24.371.487,83	-1.057.986,29	95,84%
Correntes	12.960.269,00	12.960.269,00	13.524.886,85	564.617,85	104,36%
Capital	4.815.057,00	4.815.057,00	3.182.029,62	-1.633.027,38	66,09%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	10.424,24	10.423,24	1.042.424,00%
Saldo gerência anterior		7.654.147,12	7.654.147,12	0,00	100,00%
DESPESAS	17.775.327,00	22.048.082,00	14.453.364,91	-7.594.717,09	65,55%
Correntes	9.796.958,00	12.050.830,00	10.622.721,53	-1.428.108,47	88,15%
Capital	7.978.369,00	9.997.252,00	3.830.643,38	-6.166.608,62	38,32%

Os dados do quadro *supra* mostram que a cobrança de receita (não considerando o saldo da gerência anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos) alcançou o montante de 16.706.916 euros, decomposto em 13.524.886 euros de receitas correntes e 3.182.029 euros de receitas de capital.

Do atrás exposto resulta a obtenção de elevadas taxas de execução, quer ao nível das receitas correntes (104,36%) quer ao nível das receitas de capital (66,09%).

Ainda relativamente à componente orçamental da receita, verifica-se que o orçamento inicial foi aumentado em 7.654.147 euros, por incorporação do saldo de gerência orçamental de 2016.

De igual forma, a componente orçamental da despesa registou, relativamente ao orçamento inicial, um aumento de cerca de 4 milhões. No exercício em análise, constata-se que as despesas pagas ascenderam a cerca de 14,4 milhões de euros, sendo 10.622.721 euros correspondentes a despesas de capital e 3.830.643 a despesas correntes, o que originou taxas de execução de 88,15% e de 38,32%, respetivamente.

Observando o comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e de capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Quadro n.º 2
Evolução orçamental

DESIGNAÇÃO	2016	2017	Evolução %
RECEITAS	20.077.846,73	24.371.487,83	21,38
Correntes	13.229.469,20	13.524.886,85	2,23
Capital	2.527.459,13	3.182.029,62	25,90
Outras Receitas	4.320.918,40	7.664.571,36	77,38
DESPESAS	12.474.563,86	14.453.364,91	15,86
Correntes	9.786.611,45	10.622.721,53	8,54
Capital	2.687.952,41	3.830.643,38	42,51

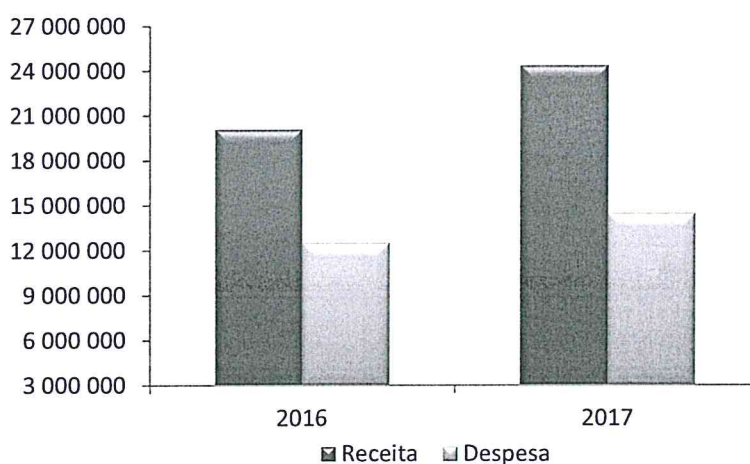
A observação do quadro n.º 2 permite, desde logo, concluir que, no ano económico de 2017, houve uma evolução positiva em todas as componentes orçamentais.

A evolução de cerca de 21% verificada na receita arrecadada é influenciada, fundamentalmente, pelo aumento de cerca de 650 mil euros (25,90%) ocorrido nas receitas de capital, que reflete, essencialmente, as participações recebidas, no ano de 2017, relativas a projetos cofinanciados pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

No que concerne ao total das despesas do Município, constata-se um aumento de 1,9 milhões de euros (15,86%), sendo as despesas de capital as que mais contribuíram para esta evolução, apresentando uma variação positiva de 1,1 milhões de euros (42,51%).

O gráfico seguinte ilustra a evolução verificada nos dois últimos anos:

Gráfico n.º 1
Evolução orçamental



3.2 – Orçamento da receita

Neste ponto pretende-se analisar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, tendo por base a sua natureza económica, analisando o seu peso no cômputo total da receita, comparando os valores orçados com os efetivamente cobrados, analisando ainda os eventuais desvios.

3.2.1 – Receitas correntes

As receitas correntes, ao nível das suas componentes de natureza económica, bem como o seu peso relativamente ao total cobrado e os desvios verificados, podem ser analisados no quadro nº 3.

Quadro n.º 3
Estrutura e execução das receitas correntes

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA	%	RECEITA	%	DESVIO	TAXA
		ORÇADA		COBRADA			EXECUÇÃO
							%
01	Impostos diretos	2.881.732,00	22,24	3.143.924,75	23,25	262.192,75	109,10
02	Impostos indiretos	300.556,00	2,32	217.846,80	1,61	-82.709,20	72,48
04	Taxas, multas e outras penalidades	172.675,00	1,33	149.264,23	1,10	-23.410,77	86,44
05	Rendimentos de propriedade	620.889,00	4,79	905.509,55	6,70	284.620,55	145,84
06	Transferências correntes	6.481.965,00	50,01	6.508.531,54	48,12	26.566,54	100,41
07	Venda de bens e serviços	2.502.447,00	19,31	2.530.945,30	18,71	28.498,30	101,14
08	Outras receitas correntes	5,00	0,00	68.864,68	0,51	68.859,68	1.377.293,60
TOTAL		12.960.269,00	100,00	13.524.886,85	100,00	564.617,85	104,36

Da análise da execução das receitas correntes verifica-se uma taxa de execução de 104,36%, resultante de níveis de execução bastante elevados em todas as suas rubricas.

As **transferências correntes**, os **impostos diretos**, e a **venda de bens e serviços** são as rubricas que apresentam maior peso estrutural no total da receita cobrada (90,08%). Destas, as **transferências correntes** são a rubrica com maior destaque no total da receita, correspondendo a 48,12% do montante cobrado. São compostas, maioritariamente, pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Variável no IRS, bem como outras transferências, das quais se destacam as provenientes da transferência de competências em matéria de educação.

Com um valor total de receita arrecadada superior a 3 milhões de euros, o capítulo dos **impostos diretos**, que engloba os impostos diretos municipais estabelecidos na Lei das Finanças Locais, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto

Único de Circulação (IUC), o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a Derrama, representa a segunda maior categoria da receita autárquica.

Outra receita autárquica com significado relevante no total cobrado (18,71%) é a que resulta da rubrica **venda de bens e serviços** que gerou um total de receita de 2.530.945 euros, refletindo o investimento autárquico em equipamentos produtores de serviços nomeadamente na área da cultura, desporto, educação e lazer.

3.2.2 – Receitas de capital

Quadro n.º 4

Estrutura e execução das receitas de capital

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
09	Venda de bens investimento	103.102,00	2,14	154.556,90	4,86	51.454,90	149,91
10	Transferências de capital	4.362.292,00	90,60	2.545.713,90	80,00	-1.816.578,10	58,36
11	Ativos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	349.661,00	7,26	481.758,82	15,14	132.097,82	137,78
TOTAL		4.815.057,00	100,00	3.182.029,62	100,00	-1.633.027,38	66,09

O núcleo essencial das receitas de capital corresponde ao das transferências, com um valor de receita cobrada superior a 2,5 milhões de euros, que representam 80% da receita de capital cobrada.

As **transferências de capital** correspondem aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e são compostas por transferências do Orçamento de Estado relativas ao FEF (472.102 euros) e por transferências provenientes da União Europeia para participação de projetos cofinanciados (1.973.969 euros).

De salientar ainda que, no decorrer do exercício de 2017, foi concretizada a arrecadação de receitas relativas a dois projetos cofinanciados em regime de *overbooking* pelo QREN, mais concretamente a requalificação da zona central da Mealhada e a requalificação da envolvente à praça central da vila do Luso – 2ª fase.

Com um peso de cerca de 15% nas receitas cobradas, a que corresponde uma verba de cerca de 480 mil euros, importa ainda fazer uma breve referência ao capítulo **outras receitas de capital**. A receita cobrada neste capítulo corresponde, essencialmente, ao donativo concedido pela Sociedade da Água de Luso, SA (SAL), correspondente a uma percentagem aplicada ao valor das vendas de água do exercício de 2016, em conformidade com o termo de transação assinado entre a SAL e o Município de Mealhada.

3.3 – Orçamento da despesa

Com o presente ponto pretende-se analisar a execução da despesa global, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica, analisando o seu peso no cômputo dos agrupamentos de despesa, comparando os valores pagos com os orçados e ainda as taxas de execução alcançadas.

As despesas correntes incluem as despesas efetuadas de forma permanente para o normal funcionamento da autarquia. Estas despesas estão diretamente relacionadas com os bens e serviços públicos prestados pelo Município à comunidade. Já as despesas de capital, onde se enquadram as despesas de natureza não permanente, espelham, essencialmente, as escolhas municipais ao nível estratégico, que se refletem através dos investimentos efetuados.

O quadro n.º 5 resume, na ótica da classificação económica, a forma como o Município utilizou os recursos obtidos, comparando os valores previstos com os realmente pagos.

Quadro n.º 5

Estrutura e execução da despesa

CAPÍTULOS	DESPESA ORÇADA	%	DESPESA PAGA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
Despesas correntes	12.050.830,00	54,66	10.622.721,53	73,50	-1.428.108,47	88,15
01-Despesas pessoal	5.068.577,00	42,06	4.888.030,07	46,01	-180.546,93	96,44
02-Aquis. bens/serviços	5.209.395,08	43,23	4.228.557,83	39,81	-980.837,25	81,17
04-Transf. correntes	1.606.643,00	13,33	1.392.889,79	13,11	-213.753,21	86,70
06-Out. desp. correntes	166.214,92	1,38	113.243,84	1,07	-52.971,08	68,13
Despesas de capital	9.997.252,00	45,34	3.830.643,38	26,50	-6.166.608,62	38,32
07-Aquis. bens capital	8.150.862,00	81,53	2.431.629,35	63,48	-5.719.232,65	29,83
08-Transf. de capital	1.706.475,00	17,07	1.259.100,40	32,87	-447.374,60	73,78
09-Ativos financeiros	92.829,00	0,93	92.829,00	2,42	0,00	100,00
11-Out. desp. capital	47.086,00	0,47	47.084,63	1,23	-1,37	99,99
TOTAL	22.048.082,00	100,00	14.453.364,91	100,00	-7.594.717,09	65,55

No ano de 2017, podemos verificar que o total da despesa paga ascendeu a 14.453.364 euros, representando um desvio negativo de 7.594.717 euros e uma taxa de execução de cerca de 66%, relativamente à despesa orçada.

3.3.1 – Despesas correntes

As despesas correntes, com uma execução de 88,15%, atingiram cerca de 10.622 milhares de euros. Os agregados despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços constituem as principais despesas de funcionamento, apresentando um peso de cerca de 85,82% nas despesas correntes pagas, mantendo a trajetória dos últimos anos.

Como se observa da análise do quadro n.º 5, o capítulo **despesas com pessoal**, foi o que registou o maior consumo de recursos correntes no ano de 2017 (46,01%). Este capítulo reflete todas as espécies de remunerações principais e de abonos acessórios, bem como as despesas que o Município, enquanto entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus trabalhadores.

No que respeita à execução orçamental da despesa corrente, destaca-se ainda a elevada taxa de execução registada no capítulo da **aquisição de bens e serviços** (81,17%). O peso significativo desta componente nas despesas de natureza corrente, cerca de 46%, justifica-se pelo facto de este constituir um agrupamento de despesas bastante abrangente, onde se incluem, de um modo geral, as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e as aquisições de serviços. Para um melhor entendimento, destacam-se os seguintes itens de despesas:

- ✓ Encargos de instalações, que inclui gastos com energia elétrica e gás: 1.074.437 euros;
- ✓ Aquisição de água para abastecimento público, à empresa Águas do Centro Litoral, SA: 448.019 euros;
- ✓ Estudos, pareceres, projetos e consultadoria: 402.396 euros;
- ✓ Transportes escolares: 267.407 euros;
- ✓ Deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos (ERSUC): 200.875 euros;
- ✓ Programa de expansão e desenvolvimento no ensino pré-escolar e 1º ciclo: 178.265 euros;
- ✓ Limpeza e higiene de instalações: 134.369 euros;
- ✓ Combustíveis e lubrificantes: 128.439 euros;
- ✓ Encargos de cobrança de receitas: 96.106 euros;
- ✓ Vigilância e segurança de instalações: 69.228 euros.

Importa ainda destacar o capítulo **transferências correntes**, onde são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a Autarquia Local, como é o caso das transferências efetuadas para as freguesias, para as associações culturais, recreativas e desportivas do concelho. Têm também enquadramento neste capítulo as transferências efetuadas para o Agrupamento de Escolas de Mealhada, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências, na área da educação, assinado entre este Município e o Ministério da Educação.

3.3.2 – Despesas de capital

Analisando o quadro n.º 5 no que se reporta às despesas de capital, destaca-se, desde logo, o agrupamento económico da **aquisição de bens de capital**, com um peso de cerca de 63% no total das despesas de capital pagas. Este agrupamento engloba essencialmente as despesas que contribuem para a formação de “capital fixo” (v.g. aquisição de máquinas, equipamentos, material de transporte e terrenos, construção de edifícios, outras construções e infraestruturas), sendo de destacar o investimento superior a um milhão de euros na aquisição de terrenos/edifícios, que se configura como essencial para a concretização de projetos fundamentais ao desenvolvimento do concelho.

De destacar ainda o capítulo das **transferências de capital**, onde, à semelhança das transferências correntes, são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital, sem que tal implique qualquer contraprestação direta à autarquia local por parte das unidades receptoras. Do valor total transferido, destacam-se as transferências efetuadas no âmbito do relacionamento institucional com as freguesias, com um montante superior a 900 mil euros, representando cerca de 75% das transferências de capital efetuadas.

3.3.3 – Encargos assumidos e não pagos

Quadro n.º 6
Posição da despesa

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FATURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	12.050.830,00	10.622.721,53	10.622.721,53	0,00	100%
Despesas de capital	9.997.252,00	3.830.643,38	3.830.643,38	0,00	100%
Total	22.048.082,00	14.453.364,91	14.453.364,91	0,00	100%

Do cômputo geral da despesa e observando o quadro n.º 6, salienta-se o facto de que os gastos incorridos e efetivamente pagos, no ano de 2017, corresponderam ao

montante faturado no ano, representando uma taxa de realização da despesa de 100%, o que se tem verificado nos últimos exercícios económicos.

3.3.4 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis.

Ao longo do ano de 2017, o Município efetuou o cálculo mensal dos fundos disponíveis, sendo o respetivo valor sempre superior ao dos compromissos assumidos.

No que respeita ao cumprimento das disposições legais relativas aos pagamentos em atraso, definidos na alínea e) do artigo 3.º da referida lei, como *as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes*, também este foi atendido pelo Município, uma vez que durante o exercício económico não se verificou a existência de dívidas por pagar vencidas há mais de 90 dias.

LIMITES LEGAIS

4 – ENDIVIDAMENTO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

4.1 – Endividamento

4.1.1 - Limite da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), impõe que a dívida total dos Municípios englobe os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

A citada lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o disposto no artigo 54.º, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do Município, são ainda incluídas:

- As entidades intermunicipais e entidades associativas municipais de forma proporcional à quota do Município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas, de forma proporcional à participação direta ou indireta do Município, no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Ainda que o referido artigo mencione as fundações como entidade relevante para efeitos de apuramento do montante da dívida total, este Município considera não existir uma participação, direta ou indireta, na Fundação Mata do Bussaco, razão pela qual não a considera como entidade relevante.

Nestes termos, foi calculado o limite da dívida total para o Município, para o ano 2017:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2014	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2015	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2016	MÉDIA (2014 a 2016)	LIMITE (2017) = 1,5 * MÉDIA (2014 a 2016)
11.113.508,74	11.918.721,48	13.229.469,20	12.087.233,14	18.130.849,71

4.1.2 – Apuramento da dívida total

Atendendo a que o Município não possuía qualquer dívida decorrente de operações orçamentais no final do exercício económico, foram consideradas, para efeitos de apuramento da dívida total, as entidades que por imposição legal contribuem para o seu apuramento.

No que respeita às entidades a relevar, para o cálculo do montante da dívida total, as respetivas contribuições para a dívida bruta municipal são:

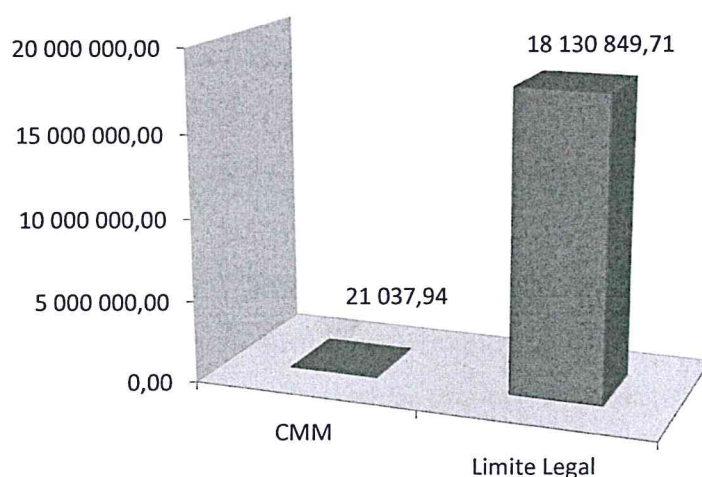
DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA BRUTA MUNICIPAL
Associação Nacional de Municípios Portugueses	259,63
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	229,38
Comunidade Intermunicipal da Região Coimbra	3.357,79
ACF – Associação Caminhos de Fátima	97,98
ABAP – Associação Beira Atlântico Parque	3.087,76
AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	7.380,87
Associação Maravilhas da Mealhada	7,99
CESAB – Centro de Estudos do Ambiente	6.616,54
VALOR A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO DE MEALHADA	21.037,94

Atendendo a que o limite da dívida total para o ano 2017 corresponde a 18.130.849,71 euros, e o valor da dívida total no final do exercício económico foi de 21.037,94 euros, verifica-se que o Município cumpriu com rigor o regime de endividamento municipal, encontrando-se muito aquém do limite estipulado por lei.

Pela obrigatoriedade legal de inclusão, no cálculo da dívida total do Município, dos valores da dívida das entidades relevantes acima mencionadas, consideraram-se, no respetivo apuramento, os dados disponibilizados por aquelas entidades, à data de

elaboração do presente relatório. Ressalve-se, porém, que, em alguns casos, aqueles dados não são ainda definitivos por não terem ocorrido, naquelas entidades, as assembleias de aprovação de contas.

Gráfico n.º 2
Situação face aos limites



4.1.3 – Margem de endividamento municipal

Estipula ainda a alínea *b*) do n.º 3 do artigo 52.º do RFALEI que sempre que um Município cumpra o limite da dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1)	DÍVIDA TOTAL INÍCIO 2017 (2)	MARGEM DISPONÍVEL (3) = (1) - (2)	VALOR PARA NOVAS SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO (4) = (3) x 20%	MARGEM UTILIZÁVEL (5) = (2) + (4)
18.130.849,71	3.707,90	18.127.141,81	3.625.428,36	3.629.136,26

Do quadro supra, afere-se que a margem disponível para situações de endividamento, em 2017, era de 3.629.136,26 euros. Sendo que, no exercício de 2017, o montante da dívida total se cifrou em 21.037,94 euros, verifica-se o cumprimento do disposto no normativo citado.

4.2 - Equilíbrio orçamental

O artigo 40.º do RFALEI, que consagra a regra do equilíbrio orçamental, estabelece que:

“1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”

No exercício em análise, o Município cumpriu a referida regra, porquanto o montante da receita corrente bruta cobrada é superior ao valor da despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, conforme evidenciado no quadro *infra*:

RECEITAS CORRENTES BRUTAS	DESPEAS CORRENTES	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS MLP	REGRA DE EQUILÍBRIO
(1)	(2)	(3)	(1) ≥ (2) + (3)
13.551.788,06	10.622.721,53	0,00	13.551.788,06 > 10.622.721,53

ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA

5 – ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

Neste capítulo será apresentada uma análise detalhada da situação patrimonial e financeira do Município, reportada ao final do exercício económico. Por forma a não desvirtuar a leitura dos dados apresentados, tal análise não poderá ser alheia às especificidades da atividade da administração local, que a tornam tão diferenciada do setor privado empresarial, nomeadamente no que concerne à orientação dos resultados para a satisfação das necessidades dos munícipes ao invés da obtenção de lucro.

5.1 – Balanço

O balanço é o instrumento contabilístico que reflete a posição económica e financeira de uma entidade, expressando a situação patrimonial (ativo, passivo e capital próprio), em determinada data.

O documento que a seguir se apresenta é representativo do património do Município e espelha o conjunto de bens, direitos e obrigações, que o constituem, à data de 31 de dezembro de 2017.

BALANÇO			
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	29.540.081,96	Património	35.097.829,82
Imobilizações incorpóreas	82.055,83	Reservas	5.435.436,64
Imobilizações corpóreas	35.400.985,31	Resultados transitados	25.975.369,46
Investimentos financeiros	2.969.596,41	Resultado líquido do exercício	-501.764,87
Circulante		Passivo	
Existências	121.447,40	Provisões para riscos e encargos	714.007,58
Dívidas de terceiros - curto prazo	6.066.793,08	Dívidas a terceiros - M/L prazo	278.483,94
Depósitos em inst. financ. e caixa	10.460.363,05	Dívidas a terceiros - curto prazo	608.167,92
Acréscimos e diferimentos	679.877,05	Acréscimos e diferimentos	17.713.669,60
Total do Ativo	85.321.200,09	Total dos F. Próprios + Passivo	85.321.200,09

O ativo totalizou o montante de 85.321.200 euros, destacando-se, no conjunto das rubricas que o compõem, a componente imobilizado, que apresenta o valor de 67.992.720 euros, representando, assim, 79,69% do total deste agregado.

O montante dos fundos próprios, que ascendeu a 66.006.871 euros, continua revelador da autonomia financeira do Município, porquanto o seu valor permite financiar o ativo em cerca de 77%.

No conjunto das rubricas que compõem o passivo da autarquia, cujo valor se cifrou em 19.314.329 euros, salienta-se a expressividade da componente acréscimos e diferimentos, que totaliza 17.713.670 euros, representando assim 91,71% daquele agregado.

Numa perspetiva evolutiva, proceder-se-á, de seguida, à análise da estrutura patrimonial do Município.

Quadro n.º 7

Estrutura e evolução patrimonial da autarquia

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2016	PESO	BALANÇO 2017	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	69.018.813,76	84,43	67.992.719,51	79,69	-1.026.094,25	-1,49
Existências	143.336,82	0,17	121.447,40	0,14	-21.889,42	-15,27
Dívidas de terceiros	3.601.441,61	4,41	6.066.793,08	7,11	2.465.351,47	68,45
Disponibilidades	8.213.961,55	10,05	10.460.363,05	12,26	2.246.401,50	27,35
Acréscimos e diferimentos	769.211,54	0,94	679.877,05	0,80	-89.334,49	-11,61
Ativo	81.746.765,28	100,00	85.321.200,09	100,00	3.574.434,81	4,37
Património	35.097.829,82	52,97	35.097.829,82	53,17	0,00	0,00
Reservas	5.338.788,84	8,06	5.435.436,64	8,24	96.647,80	1,81
Resultados	25.817.731,31	38,97	25.473.604,59	38,59	-344.126,72	-1,33
Fundos Próprios	66.254.349,97	100,00	66.006.871,05	100,00	-247.478,92	-0,37
Provisões	714.007,58	4,61	714.007,58	3,70	0,00	0,00
Dívidas a 3ºs m/l prazo	371.312,94	2,39	278.483,94	1,44	-92.829,00	-25,00
Dívidas a 3ºs c/ prazo	657.974,49	4,25	608.167,92	3,15	-49.806,57	-7,57
Acréscimos e diferimentos	13.749.120,30	88,75	17.713.669,60	91,71	3.964.549,30	28,83
Passivo	15.492.415,31	100,00	19.314.329,04	100,00	3.821.913,73	24,67

Uma análise muito simplista permite constatar o aumento das massas patrimoniais do ativo e do passivo e uma diminuição dos fundos próprios.

O aumento de 4,37% do ativo deve-se ao efeito conjugado da diminuição do imobilizado (1.026.094 euros), das existências (21.889 euros) e dos acréscimos e diferimentos (89.335 euros) com o aumento das dívidas de terceiros (2.465.352 euros) e das disponibilidades (2.246.402 euros).

Os fundos próprios, que totalizam o montante de 66.006.871 euros, registaram uma variação negativa de 0,37%, fundamentada pela combinação do aumento das reservas (96.648 euros) com o decréscimo dos resultados (344.127 euros).

O passivo, que apresenta o valor de 19.314.329 euros, registou um aumento de 24,67%, resultante da diminuição das dívidas a terceiros (142.636 euros) e do aumento dos acréscimos e diferimentos (3.964.549 euros).

5.1.1 – Estrutura do ativo

5.1.1.1 – Ativo imobilizado

O ativo imobilizado registou uma variação negativa de 1.026.094 euros, face ao ano transato, justificada, essencialmente, pelo facto de as amortizações serem superiores ao valor do acréscimo de imobilizado, na maioria das rubricas que o compõem.

VARIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2016	BALANÇO 2017	VARIAÇÃO
Bens domínio público	31.479.112,95	29.540.081,96	-1.939.030,99
451 Terrenos e recursos naturais	1.942.033,47	1.961.009,47	18.976,00
452 Edifícios	371.394,46	320.705,05	-50.689,41
453 Outras construções e infra-estruturas	27.042.253,11	25.192.665,44	-1.849.587,67
445 Imobilizações em curso	2.123.431,91	2.065.702,00	-57.729,91
Imobilizações incorpóreas	164.054,93	82.055,83	-81.999,10
432 Despesas investigação desenvolvimento	125.602,05	9.021,50	-116.580,55
443 Imobilizações em curso	38.452,88	73.034,33	34.581,45
Imobilizações corpóreas	34.399.728,29	35.400.985,31	1.001.257,02
421 Terrenos e recursos naturais	5.057.024,43	4.970.689,50	-86.334,93
422 Edifícios e outras construções	15.599.258,53	16.312.542,28	713.283,75
423 Equipamento básico	384.219,58	293.548,97	-90.670,61
424 Equipamento de transporte	198.942,35	153.708,72	-45.233,63
425 Ferramentas e utensílios	2.063,95	2.114,66	50,71
426 Equipamento administrativo	121.220,90	194.377,77	73.156,87
429 Outras imobilizações corpóreas	219.284,79	215.222,50	-4.062,29
442 Imobilizações em curso	12.817.713,76	13.258.780,91	441.067,15
Investimentos financeiros	2.975.917,59	2.969.596,41	-6.321,18
411 Partes de capital	1.746.632,43	1.748.618,38	1.985,95
412 Obrigações e títulos de participação	649.799,94	649.799,94	0,00
414 Investimentos em imóveis	579.485,22	571.178,09	-8.307,13
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	69.018.813,76	67.992.719,51	-1.026.094,25

Ainda assim, constata-se uma variação de natureza positiva na rubrica imobilizações corpóreas, que se deve à incorporação no património de um conjunto de bens adquiridos pelo Município, cujo valor foi registado na conta edifícios. Desses bens, destacam-se, pela expressividade dos valores, a aquisição de um edifício histórico na

Pampilhosa - *Chalet Suisso* - pelo valor de 349.500 euros, e a aquisição de um conjunto de prédios na zona central da Mealhada, com vista à concretização de uma das ações de intervenção previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), pelo valor de 345.000 euros.

5.1.1.2 – Ativo circulante

O ativo circulante corresponde ao conjunto de ativos que não têm carácter permanente. Por definição, estes ativos são detidos por um período mais curto e estão associados a um maior grau de liquidez.

O agregado de natureza circulante, que inclui, por ordem crescente de liquidez, as rubricas de existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, apresenta uma variação de 39,22%, face ao ano anterior. Esta variação, que, em termos absolutos, registou o valor de 4.689.864 euros, resultou, essencialmente, do acréscimo dos montantes registados em dívidas de terceiros e disponibilidades.

As dívidas de terceiros registaram um aumento de 2.465.352 euros, influenciado fundamentalmente, pelo acréscimo, de cerca de 85%, do valor registado na rubrica devedores de transferências para as autarquias locais – fundos comunitários. Este acréscimo resulta da contabilização de verbas a receber, provenientes de projetos cofinanciados por fundos comunitários, e que, no caso em apreço, advêm, essencialmente, da aprovação de um conjunto de importantes candidaturas: convento de Santa Cruz do Bussaco, capelas e ermidas da Mata do Bussaco, reabilitação do Instituto da Vinha e do Vinho, modernização administrativa - Região Coimbra, remodelação e ampliação dos jardins de infância do Canedo, Carqueijo e Casal Comba, fecho de redes de saneamento - ETAR de Barcouço e ETAR de Mealhada e ligação dos sistemas em alta e baixa da Mealhada.

As disponibilidades apresentaram um acréscimo de cerca de 27%, face ao valor registado no ano anterior, e totalizam o montante de 10.460.363 euros.

5.1.1.2 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos apresentada no balanço no lado do ativo e do passivo destina-se a reconhecer contabilisticamente, de acordo com o princípio da especialização do exercício, os custos e proveitos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

Os itens inscritos no lado do ativo, acréscimos de proveitos e custos diferidos, totalizam o montante de 679.877 euros.

A rubrica acréscimos de proveitos regista os valores dos proveitos relativos ao exercício em análise, mas cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros. Encontram-se aqui contabilizados, entre outros, os montantes referentes a impostos (Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transações e Imposto Único de Circulação) bem como o montante referente à previsão do valor a receber pelo Município, correspondente à percentagem sobre as vendas da SAL.

A rubrica custos diferidos regista os valores dos custos a reconhecer em exercícios seguintes, mas cujo pagamento ocorreu no período em análise. Compreende, essencialmente, os valores pagos referentes a seguros e a contratos de assistência a equipamentos, que respeitam a exercícios posteriores.

5.1.2 – Estrutura dos fundos próprios

Os fundos próprios da autarquia totalizam o montante de 66.006.871 euros e registaram uma variação negativa de 0,37%, fundamentada, essencialmente, pela variação negativa dos resultados.

Nos termos dos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3., 2.7.3.4. e 2.7.3.5. do POCAL, os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 – Resultados transitados. Sempre que esta conta apresente saldo positivo, o seu montante pode ser utilizado para reforço do património e constituição ou reforço de reservas. Na atual situação, o valor registado na conta 51 – Património corresponde

a 41,14% do ativo líquido, não estando por isso o Município obrigado a reforçar a referida conta.

O montante dos resultados transitados apresenta o valor de 25.975.369,46 euros, incorporando já a transferência do resultado líquido do exercício de 2016, no montante de 247.155,91 euros, de acordo com o estatuído no POCAL.

5.1.3 – Estrutura do passivo

O aumento do passivo, em cerca de 3,8 milhões de euros, resulta da conjugação do incremento dos valores registados na rubrica acréscimos e diferimentos com a redução do montante das dívidas a terceiros.

O valor contabilizado como dívidas a terceiros de médio e longo prazo, que ascende a 278.484 euros, respeita apenas ao valor em dívida resultante da subscrição do capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Esta rubrica registou uma diminuição de 92.829 euros correspondente à transferência para a dívida de curto prazo do valor anual, a pagar em 2018. O restante valor contabilizado como dívidas a terceiros de curto de prazo não representa dívida efetiva do Município, na medida em que compreende valores que estão na sua posse para posterior entrega a entidades terceiras, no que concerne aos impostos, e para fazer face a possíveis incumprimentos de contratos, nomeadamente de empreitadas de obras públicas, no que respeita às garantias ou cauções prestadas.

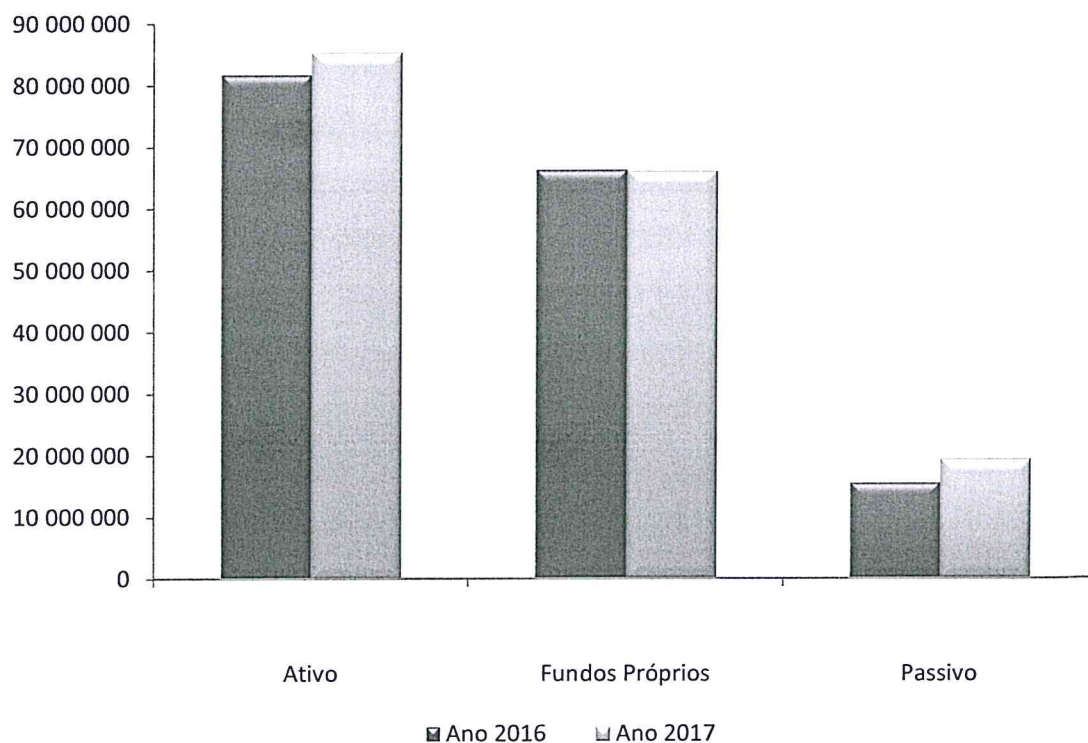
A rubrica acréscimos e diferimentos que consta do passivo, composta pelos acréscimos de custos e pelos proveitos diferidos, totaliza o montante de 17.713.670 euros e apresenta um crescimento de cerca de 29%.

Os acréscimos de custos registam os valores dos custos a reconhecer no exercício, mas cujo pagamento apenas ocorrerá em períodos futuros. Entre outros, incluem-se aqui os valores das remunerações a pagar, no ano 2018, referentes ao subsídio de férias respeitante a trabalho efetivo prestado no ano em análise, bem como os encargos

sociais sobre as remunerações pagas em dezembro de 2017, cujo pagamento só ocorrerá no exercício seguinte.

Os proveitos diferidos, que registam os valores dos proveitos a reconhecer em exercícios seguintes, são compostos, essencialmente, por subsídios destinados a investimento, recebidos pelo Município, os quais serão reconhecidos como proveitos e ganhos extraordinários, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam. Este item totalizou o montante de 15.701.821 euros, registando assim uma variação positiva de 3.187.990 euros face ao ano anterior. Esta variação respeita, fundamentalmente, a incentivos comunitários, concedidos a título de subsídio e já mencionados neste relatório aquando da análise do incremento registado nas dívidas de terceiros. Destaca-se, ainda, a contabilização, nesta conta, dos proveitos relativos ao recebimento de verbas resultantes da aprovação de dois projetos cofinanciados em regime de *overbooking* pelo QREN, mais concretamente a requalificação da zona central da Mealhada e a requalificação da envolvente à praça central da vila do Luso – 2ª fase.

Gráfico n.º 3
Evolução patrimonial da autarquia
2016/2017



5.2 – Demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados (DR) é o mapa contabilístico que evidencia os resultados do exercício obtidos e identifica os valores dos custos e dos proveitos que contribuirão para a sua formação. Este documento permite aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a avaliar a capacidade do Município em gerar fluxos de caixa.

Os proveitos globais gerados em 2017 foram de 14.866.439 euros, para um nível de custos de 15.368.204 euros, o que originou um resultado líquido do exercício negativo de 501.765 euros. Com efeito, ocorreu uma variação negativa de cerca de 749 mil euros comparativamente ao ano de 2016, onde o resultado líquido do exercício se havia cifrado nos 247.156 euros positivos.

Quadro n.º 8

Estrutura e evolução de custos e proveitos da DR

DESCRIÇÃO	2016	PESO	2017	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	139.457,35	0,98	99.183,89	0,65	-40.273,46	-28,88
Fornecimentos e serviços externos	3.762.014,65	26,51	4.339.694,45	28,24	577.679,80	15,36
Custos com pessoal	4.693.924,14	33,08	4.948.462,87	32,20	254.538,73	5,42
Trans. subs. correntes concedidos	1.176.934,27	8,30	1.390.677,89	9,05	213.743,62	18,16
Amortizações do exercício	3.318.417,29	23,39	3.401.545,34	22,13	83.128,05	2,51
Provisões do exercício	52.138,75	0,37	52.597,29	0,34	458,54	0,88
Outros custos e perdas operacionais	37,12	0,00	47.609,56	0,31	47.572,44	128.158,51
Custos e perdas financeiros	8.967,51	0,06	8.986,40	0,06	18,89	0,21
Custos e perdas extraordinários	1.036.917,23	7,31	1.079.446,08	7,02	42.528,85	4,10
Total dos custos	14.188.808,31	100,00	15.368.203,77	100,00	1.179.395,46	8,31
Vendas e prestações de serviços	2.506.003,07	17,36	2.440.730,33	16,42	-65.272,74	-2,60
Impostos e taxas	3.211.310,74	22,25	3.389.148,66	22,80	177.837,92	5,54
Transferências e subsídios obtidos	6.753.540,54	46,78	7.137.077,01	48,01	383.536,47	5,68
Outros prov. e ganhos operacionais	2.518,25	0,02	0,00	0,00	-2.518,25	-100,00
Proveitos e ganhos financeiros	1.377.759,48	9,54	1.247.550,56	8,39	-130.208,92	-9,45
Proveitos e ganhos extraordinários	584.832,14	4,05	651.932,34	4,38	67.100,20	11,47
Total dos proveitos	14.435.964,22	100,00	14.866.438,90	100,00	430.474,68	2,98
Resultado Líquido do Exercício	247.155,91		-501.764,87		-748.920,78	-303,02

O quadro *supra* minuciosa informação acerca da estrutura de custos e proveitos da autarquia, e propicia a análise do comportamento destas duas variáveis, através da comparação com o exercício económico anterior.

Numa primeira análise, constata-se que os custos e perdas referentes ao exercício económico de 2017 foram de 15.368.204 euros, o que representa, face ao ano anterior, uma variação positiva de 8,31%, que em termos absolutos, corresponde a um aumento de 1.179.395 euros.

Constata-se que os **custos com pessoal** e com **fornecimentos e serviços externos** compõem, de forma maioritária (32,20% e 28,24%, respetivamente,) o total dos custos do exercício económico. A variação mais expressiva face ao ano ocorre nos fornecimentos e serviços externos, que apresentam um aumento de 15,36%.

Os **fornecimentos e serviços externos** representam uma componente importante dos custos operacionais, representando 30,39% dos mesmos. O incremento verificado nesta rubrica (577.680 euros), respeita, essencialmente, ao aumento de pagamento de

honorários, relativos a prestação de serviços em modalidade de avença, e de prestações de serviços relativas a estudos e pareceres (cerca de 237.000 euros). Para aquele incremento, concorreu, ainda, em cerca de 13%, o acréscimo verificado na rubrica de atividades culturais e turísticas, que compreende, entre outros, a contabilização de despesas inerentes à realização do evento FESTAME.

A rubrica de **custos com o pessoal** sofreu alterações significativas, que se traduziram numa variação positiva de 5,42%, em consequência da alteração da estrutura orgânica municipal, tendo sido criadas três novas unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau - Divisão de Desporto e Educação, Divisão de Turismo e Cultura e Divisão de Serviços Urbanos - e duas novas unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau - Setor de Educação e Setor de Espaços Verdes e Floresta. Contribuiu, ainda, para o acréscimo de valor desta rubrica o aumento da remuneração mínima mensal garantida.

As **transferências e subsídios correntes** registam um crescimento de 18,16% face ao ano de 2016. Incluem-se aqui as medidas decorrentes das políticas no âmbito do apoio social, nomeadamente através do Fundo de Emergência Social, em que é disponibilizado apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, procurando resolver e ou atenuar os fenómenos de pobreza, exclusão social e, consequentemente, dignificar as condições de vida das pessoas e famílias com menores recursos.

Em comparação com o período homólogo, destaca-se, em termos relativos, o aumento ocorrido nos **custos e perdas operacionais**, decorrente do registo dos montantes referentes ao imposto retido aquando da distribuição de dividendos e de juros recebidos.

No que diz respeito aos **proveitos e ganhos** de 2017, o Município terminou o exercício económico com um valor total de 14.866.439 euros, o que traduz uma evolução positiva de cerca de 430 mil euros.

Do total de proveitos do Município, 87,22% dizem respeito a proveitos operacionais, 8,39% a proveitos financeiros e apenas 4,38% dizem respeito aos proveitos extraordinários.

O montante dos proveitos operacionais totaliza cerca de 13 milhões de euros. Este agregado registou um aumento de 3,96% relativamente ao ano transato, em resultado da variação positiva registada nas rúbricas de **impostos e taxas** (5,54%) e **transferências e subsídios obtidos** (5,68%).

A rubrica de **impostos e taxas** compreende os impostos diretos (89,32%), impostos indiretos (6,48%) e as taxas, multas e outras penalidades (4,2%). O aumento desta rubrica resulta essencialmente do acréscimo das cobranças do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (130.057 de euros), do Imposto Único de Circulação (10.128 de euros) e da Derrama (55.437 de euros).

A componente relativa às **transferências e subsídios obtidos**, que regista as transferências correntes e de capital a que o Município tem direito, totaliza 7.137.077 euros, tendo registado um aumento de 383.536 euros, decorrente, principalmente, do valor da Participação Variável de IRS.

Em comparação com o período homólogo, destaca-se a diminuição significativa registada nos **proveitos e ganhos financeiros**, no valor de cerca de 130.209 euros, que reflete, essencialmente, a diminuição da distribuição de lucros da empresa ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA.

Embora sem grande relevância no total dos proveitos e ganhos do ano, salienta-se ainda a variação registada nos **proveitos e ganhos extraordinários**, que respeita essencialmente ao reconhecimento como proveito, na proporção das amortizações dos bens financiados, de subsídios contabilizados na rubrica proveitos diferidos.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos resultados alcançados pelo Município, por comparação com o período homólogo.

RESULTADOS	2016	2017
Resultados operacionais (A)	-669.550,97	-1.312.815,29
Resultados financeiros (B)	1.368.791,97	1.238.564,16
Resultados correntes (A) + (B)	699.241,00	-74.251,13
Resultados extraordinários (C)	-452.085,09	-427.513,74
Resultado líquido do exercício (A) + (B) + (C)	247.155,91	-501.764,87

O resultado operacional apurado, que reflete o saldo entre os proveitos e custos relativos à atividade corrente do Município, apresenta o valor negativo de 1.312.815 euros.

A diminuição evidenciada ao nível dos resultados financeiros é justificada pela diminuição nos proveitos e ganhos financeiros, conforme já referido no presente relatório.

No que respeita ao resultado extraordinário, que no exercício de 2017 continua a apresentar um valor negativo, a sua variação face ao período homólogo é pouco significativa. De ressaltar que no resultado extraordinário não estão a ser balanceadas variáveis comparáveis, na medida em que nos custos e perdas extraordinárias estão contabilizadas transferências de capital concedidas, enquanto que os proveitos e ganhos extraordinários não refletem todas as transferências de capital obtidas.

No período em análise verificou-se um resultado líquido negativo de 501.765 euros, o qual resulta da falta de proporcionalidade entre o aumento dos custos e perdas e o aumento dos proveitos e ganhos do exercício.

RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

6 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

6.1 – Rácios orçamentais

INDICADORES DA DESPESA		2017 %	2016 %
Grau de cobertura global das despesas	$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}} \times 100$	168,62	160,95
Grau de cobertura global das despesas sem recurso a crédito	$\frac{\text{Receita total} - \text{passivos financeiros}}{\text{Despesa total}} \times 100$	168,62	160,95
Grau de cobertura da despesa total pelos recursos locais	$\frac{\text{Recursos locais}}{\text{Despesa total}} \times 100$	41,80	48,35
Peso das despesas com pessoal na despesa total	$\frac{\text{Despesas com pessoal}}{\text{Despesa total}} \times 100$	33,82	37,93
Peso dos passivos financeiros na despesa total	$\frac{\text{Passivos financeiros}}{\text{Despesa total}} \times 100$	0,00	0,00
Peso das despesas correntes na despesa total	$\frac{\text{Despesas correntes}}{\text{Despesa total}} \times 100$	73,50	78,45
Peso das despesas de capital na despesa total	$\frac{\text{Despesas capital}}{\text{Despesa total}} \times 100$	26,50	21,55
Peso do investimento na despesa total	$\frac{\text{Investimento}}{\text{Despesa total}} \times 100$	16,82	12,27

INDICADORES DA RECEITA		2017 %	2016 %
Peso dos recursos locais na receita total	$\frac{\text{Recursos locais}}{\text{Receita total}} \times 100$	24,79	30,04
Peso das transferências comunitárias na receita total	$\frac{\text{Transferências comunitárias}}{\text{Receita total}} \times 100$	8,10	6,68
Peso dos impostos diretos na receita total	$\frac{\text{Impostos diretos}}{\text{Receita total}} \times 100$	12,90	13,96
Peso dos impostos indiretos na receita total	$\frac{\text{Impostos indiretos}}{\text{Receita total}} \times 100$	0,89	2,48
Peso das transferências da administração central na receita total	$\frac{\text{Transf. Adm. Central}}{\text{Receita total}} \times 100$	37,07	40,33

6.2 – Rácios financeiros

INDICADORES		2017	2016
Liquidez geral	Ativo circulante	27,38	18,18
	Passivo circulante		

Capacidade do Município em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo.

Liquidez reduzida	Ativo circulante - existências	27,18	17,96
	Passivo circulante		

Idêntico ao anterior, sem o valor das existências.

Liquidez imediata	Disponibilidades	17,20	12,48
	Passivo circulante		

Idêntico à liquidez geral, considerando apenas as disponibilidades.

Solvabilidade total	Fundos próprios	3,42	4,28
	Passivo		

Capacidade do Município em satisfazer os compromissos com terceiros.

Autonomia financeira	Fundos próprios	0,77	0,81
	Ativo		

Independência do Município face a capitais alheios.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

7 – RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3 e 2.7.3.4. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício e após aprovação de contas, para a conta 59 – resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido de forma a que a conta 51 – património corresponda a 20% do ativo líquido.

Na atual situação, o valor registado na conta 51 – Património corresponde a 41,14% do ativo líquido, não estando por isso o Município obrigado a reforçar a referida conta.

Na medida em que o resultado líquido do exercício de 2017 apresenta um valor negativo de 501.764,87 euros, propõe-se que este se mantenha na conta 59 – Resultados Transitados.

Em conformidade com o previsto no ponto 2.7.3.1 do POCAL, deve a presente proposta, após aprovação da Câmara Municipal, ser submetida à deliberação da Assembleia Municipal.

**NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS**

8 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

As notas ao balanço e à demonstração de resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas, com os documentos de prestação de contas, nos termos do ponto 2.4 do POCAL e da Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8.2 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações. Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade. Por dificuldades decorrentes da aplicação informática, as demonstrações financeiras não apresentam indicação da moeda legal em curso.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Para efeitos de comparação do balanço e da demonstração de resultados com o exercício anterior, deverá considerar-se a alteração da forma de contabilização do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas aplicável à distribuição de dividendos e de juros recebidos, que passou a ser classificado na rubrica de Outros Custos e Perdas Operacionais.

8.2.3 - Critérios valorimétricos aplicados

Imobilizado

- a) O imobilizado é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção;
- b) O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

Os autos de receção provisória de 2017 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respetivas contas de imobilizações corpóreas. Do imobilizado em curso constam infraestruturas, no montante de 12.261.093 euros, que já se encontram em funcionamento, mas que, por aguardarem o seu registo na conservatória, não foram ainda transitadas para imobilizado definitivo, não estando, por isso, a ser praticadas as respetivas amortizações.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que compreende todas as despesas acessórias relativas à compra. Como método de valorização das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades em caixa e os depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Amortizações

As amortizações foram calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Provisões

a) As provisões para cobrança duvidosa correspondem aos montantes anuais em dívida de terceiros, que se encontram em mora e cujo risco de cobrança está devidamente justificado por se tratar de processos de execução fiscal e de processos judiciais.

Correspondem ainda às dívidas de terceiros não respeitantes a execuções fiscais, que se encontram em mora há mais de seis meses e cuja incobrabilidade se encontra devidamente justificada. Estas provisões são referentes a 50% do valor das dívidas em mora entre 6 e 12 meses e a 100% do valor das dívidas em mora há mais de 1 ano;

b) As provisões para riscos e encargos representam o montante da indemnização ou encargo, que o Município prevê suportar, relativamente aos processos judiciais em curso e outros riscos;

c) As provisões para investimentos financeiros registam as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras do Município e o correspondente valor nos capitais próprios das entidades participadas.

8.2.6 – Comentário à conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”

Esta conta engloba as despesas com estudos relacionados com a caracterização de elementos físicos e sociais do Concelho, tendo em vista o desenvolvimento de políticas a eles associadas, nomeadamente:

- Elaboração do modelo de organização de atividades económicas do Concelho de Mealhada;
- Plano de pormenor da área de localização empresarial de Barrô;
- Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios;
- Plano municipal de emergência de proteção civil;
- Agenda 21 local;
- Criação de imagem institucional;
- Estudo de definição física e funcional do Centro de Interpretação Ambiental;
- Revisão do plano diretor municipal;
- Revisão da Carta Educativa do Município;

- Plano de ação de eficiência energética.

8.2.7 / 8.2.8 – Movimentos ocorridos e desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações e provisões

O mapa **ativo bruto**, que se encontra em anexo, resume os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço. Este mapa reflete as aquisições do exercício, as transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e os abates decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis. Saliente-se que os valores constantes do ativo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, conforme será explicitado na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do Município, não foram ainda objeto de inventariação, pelo que o balanço não reflete os respetivos valores.

O mapa das **amortizações e provisões** é o que consta em anexo.

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos deste Município foi efetuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, os bens constitutivos do património do Município são apenas aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas, encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se de seguida, a lista dos bens que, por impossibilidade de registo, não foi possível valorizar, bem como a respetiva justificação e avaliação global.

- **Pavilhão gimnodesportivo, piscina, cafetaria varanda do lago e campos de ténis em Luso;**
- **Pavilhão gimnodesportivo, escola profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada;**

A impossibilidade de registo deve-se à falta de operação de loteamento para o local, como possível solução para individualização jurídica dos prédios onde se encontram implantados os referidos edifícios.

Avaliação global: **5.635.270,50 euros**

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Em conformidade com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, que regulamenta o CIBE, os bens do domínio público que não estão sujeitos a amortização, são os terrenos e recursos naturais. Estes bens encontram-se classificados na conta patrimonial 451 – Terrenos e recursos naturais e não foram objeto de amortização.

8.2.16 - Entidades participadas societárias e não societárias

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	Coimbra	8,34%	51.969.552	205.838	2016
Escola Profissional da Mealhada, Lda	Mealhada	44,10%	324.782,60	3.889,35	2016
WRC, SA	Curia	0,36%	636.337,85	48,30	2016
Águas do Centro Litoral, SA	Coimbra	0,52%	90.753.761,22	3.970.212,23	2016
Associação Coimbra Região Digital (1)	Coimbra	6,06%	-265.111,71	-179.187,03	2011
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	---	2.004.164,94	39.020,77	2016
Centro Serviços Ambiente – CESAB	Mealhada	---	971.769,53	23.827,96	2016
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	---	2.550.178,53	145.643,25	2016
Associação Municípios Portugueses do Vinho (2)	Cartaxo	---	NA	NA	
Associação Maravilhas da Mealhada	Mealhada	---	11.505,07	-2.392,62	2015
Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra	Coimbra	---	1.709.413,94	25.910,56	2016
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção – IteCons	Coimbra	1,02%	6.750.950,38	2.248,06	2016
AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Miranda do Corvo	---	29.678,58	-375,33	2016
Associação Caminhos de Fátima (3)	Fátima	---			

(1) À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao correto preenchimento relativo ao exercício 2017

(2) POCAL-Regime simplificado

(3) À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao correto preenchimento relativo ao exercício 2016, ano de início de atividade

8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2181	Cobranças em atraso	123.677,28	58.104,63	5.058,96	176.722,95
2182	Cobranças em litígio	47.101,56	0,00	0,00	47.101,56
	Total	170.778,84	58.104,63	5.058,96	223.824,51

8.2.26 – Contas de ordem

As garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2017 constam do mapa em anexo.

8.2.27 – Provisões acumuladas

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	163.764,57	52.597,29	4.499,27	211.862,59
292	Provisões para riscos e encargos	714.007,58	0,00	0,00	714.007,58
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	102.766,00	0,00	1.985,95	100.780,05
	Total	980.538,15	52.597,29	6.485,22	1.026.650,22

8.2.28 - Fundo patrimonial

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 – Património	35.097.829,82	0,00	0,00	35.097.829,82
571 – Reservas Legais	1.495.606,77	12.357,80	0,00	1.507.964,57
575 - Subsídios	402.915,33	84.150,00	0,00	487.065,33
576 - Doações	2.519.975,32	140,00	0,00	2.520.115,32
577 – Reservas Transf. Ativos	920.291,42	0,00	0,00	920.291,42
59 – Resultados Transitados	25.570.575,40	419.788,29	14.994,23	25.975.369,46

Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Reservas

No balanço, este agregado encontra-se subdividido da seguinte forma:

- **571 – Reservas legais** – O aumento de 12.357,80 euros, reflete o reforço das reservas legais, correspondente a 5% do resultado líquido de 2016, conforme deliberação da Assembleia Municipal.
- **575 – Subsídios** – O exercício de 2017 registou um aumento de 84.150 euros que corresponde à verba atribuída no âmbito do Fundo de Coesão, relativa à obra de Ligação de Sistemas em Alta e Baixa da Mealhada;
- **576 – Doações** - No exercício de 2017 foi registada uma doação, no valor de 140 euros, respeitante a 10 exemplares do livro “Militares Falecidos na Grande Guerra (1914-1918) – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra”, do autor Luís Manuel de Oliveira de Noronha Tudella.
- **577 - Reservas decorrentes de transferência de ativos** - No exercício de 2017, não se verificou qualquer alteração, uma vez que não foi constituída reserva.

Resultados transitados

Ao nível dos resultados transitados, verificou-se uma variação positiva de 404.794,06 euros.

Os aumentos ocorridos tiveram origem nos seguintes movimentos:

- a) Transição do resultado líquido do exercício de 2016 (247.155,91);
- b) Regularização relativa à contabilização de proveitos, referentes a projetos cofinanciados, cujos custos associados ocorreram em exercícios anteriores (172.632,38).

As diminuições ocorridas tiveram origem nos seguintes movimentos:

- a) Lançamento de amortizações, relativas a anos anteriores (2.636,43);
- b) Reforço da reserva legal (12.357,80).

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa em anexo.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros

Os custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2017 constam do mapa em anexo.

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Os custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2017 constam do mapa em anexo.



INSTITUTO
DA
VINHA
E DO
VINHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS MEALHADA

2017

Anexos



Município de
Mealhada

Município de Mealhada

Ano: 2017

Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	1 942 033,47	0,00	18 976,00	0,00	0,00	1 961 009,47
452 Edifícios	1 008 365,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1 008 365,35
453 Outras construções e infraestruturas	65 458 872,82	0,00	255 004,16	0,00	422 776,19	66 136 653,17
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	2 123 431,91	0,00	365 046,28	0,00	-422 776,19	2 065 702,00
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70 532 703,55	0,00	639 026,44	0,00	0,00	71 171 729,99
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	550 240,33	0,00	3 075,00	0,00	0,00	553 315,33
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	38 452,88	0,00	34 581,45	0,00	0,00	73 034,33
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	588 693,21	0,00	37 656,45	0,00	0,00	626 349,66
421 Terrenos e recursos naturais	5 057 024,43	0,00	0,00	86 334,93	0,00	4 970 689,50
422 Edifícios e outras construções	19 117 512,26	0,00	792 942,89	0,00	256 790,90	20 167 246,05
423 Equipamento básico	2 459 818,98	0,00	41 283,33	0,00	-117,63	2 500 984,68
424 Equipamento de transporte	1 623 889,59	0,00	10 800,94	0,00	0,00	1 634 690,53
425 Ferramentas e utensílios	36 192,31	0,00	2 231,69	0,00	0,00	38 424,00
426 Equipamento administrativo	2 494 759,41	0,00	243 625,63	0,00	-14 878,88	2 723 506,16
427 Tarefas e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	609 217,33	0,00	5 318,21	0,00	-666,85	613 868,69
442 Imobilizações em curso	12 817 713,76	0,00	697 858,05	0,00	-256 790,90	13 258 780,91
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	44 216 128,07	0,00	1 794 060,74	86 334,93	-15 663,36	45 908 190,52
411 Partes de capital	1 849 398,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1 849 398,43
412 Obrigações e títulos de participação	649 799,94	0,00	0,00	0,00	0,00	649 799,94
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	786 660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786 660,00
4151 Outras aplic. Financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. Financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. Financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3 285 858,37	0,00	0,00	0,00	0,00	3 285 858,37

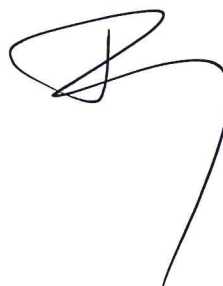
Município de Mealhada

Ano: 2017

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	636.970,89	50.689,41	687.660,30
Outras construções e infraestruturas	4853	38.416.619,71	2.527.368,02	40.943.987,73
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
		39.053.590,60	2.578.057,43	41.631.648,03
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	424.638,28	119.655,55	544.293,83
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00
		424.638,28	119.655,55	544.293,83
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	3.358.265,51	309.807,33	-2.636,43
Outras construções	48222	159.988,22	24.006,28	0,00
Equipamento básico	4823	2.075.599,40	131.953,94	117,63
Equipamento de transporte	4824	1.424.947,24	56.034,57	0,00
Ferramentas e utensílios	4825	34.128,36	2.180,98	0,00
Equipamento administrativo	4826	2.373.538,51	170.468,76	14.878,88
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	389.932,54	9.380,50	666,85
		9.816.399,78	703.832,36	13.026,93
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	207.174,78	8.307,13	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
		207.174,78	8.307,13	0,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	102.766,00	0,00	1.985,95
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
		102.766,00	0,00	100.780,05



Município de Mealhada

Ano: 2017

Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	4.348.192,93		335.016,00		4.683.208,93	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	9.299,00		5.125,00		14.424,00	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	4.310.107,27		329.741,00		4.639.848,27	
09323	Prestadas por Outros Credores	28.786,66		150,00		28.936,66	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				378.756,30		378.756,30
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				378.606,30		378.606,30
09333	Devolvidas a Outros Credores				150,00		150,00
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
	Total de Garantias e Cauções	4.348.192,93		335.016,00	378.756,30	4.304.452,63	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	21.957,66			4,95	21.952,71	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
	Total de Recibos para Cobrança	21.957,66		0,00	4,95	21.952,71	
	Total	4.370.150,59		335.016,00	378.761,25	4.326.405,34	

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Mealhada

Ano: 2017
(unidade: EUR)

(designação da autarquia local)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	143.336,82
Compras	0,00	76.905,76
Regularizações de Existências	0,00	388,71
Existências Finais	0,00	121.447,40
Custos no Exercício		99.183,89

Município de Mealhada

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	25.439,20	32.470,94
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	179.632,12	329.888,44
683	Amortizações de investimentos em imóveis	8.307,13	8.307,13	783	Rendimentos de imóveis	667.968,36	654.134,04
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	486,76	784	Rendimentos de participações de capital	525,77	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	23,75	7,06
688	Outros custos e perdas financeiros	679,27	173,62	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	373.961,36	361.259,00
	Resultados Financeiros	1.238.564,16	1.368.791,97	789	Diversos	0,00	0,00
		1.247.550,56	1.377.759,48			1.247.550,56	1.377.759,48

Município de Mealhada

Ano: 2017

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	1.000.294,39	904.394,12	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	642,33	0,00	793	Ganhos em existências	1.031,04	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	25.485,00	794	Ganhos em imobilizações	72.206,77	52.542,02
695	Multas e Penalidades	125,36	843,57	795	Benefícios de penalidades contratuais	10.411,05	7.285,02
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	6.485,22	107.130,41
697	Correções relativas a exercícios anteriores	55.228,62	14.163,33	797	Correções relativas a exercícios anteriores	33.357,18	87.926,77
698	Outros custos e perdas extraordinárias	23.155,38	92.031,21	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	528.441,08	329.947,92
	Resultados extraordinários	-427.513,74	-452.085,09				
		651.932,34	584.832,14			651.932,34	584.832,14